



Câmara Municipal
Paços de Ferreira

CADERNO DE ENCARGOS GERAL

PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE:

AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS DE ELABORAÇÃO DO PLANO MUNICIPAL DE DEFESA DA FLORESTA CONTRA INCÊNDIOS DE PAÇOS DE FERREIRA (PMDFCI)



CADERNO DE ENCARGOS RELATIVO A CONTRATO DE: AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS DE ELABORAÇÃO DO PLANO MUNICIPAL DE DEFESA DA FLORESTA CONTRA INCÊNDIOS DE PAÇOS DE FERREIRA (PMDFCI)

Capítulo I Disposições gerais

Cláusula 1.ª Objecto

O presente Caderno de Encargos compreende as cláusulas a incluir no contrato a celebrar na sequência do procedimento pré-contratual que tem por objecto principal a **aquisição de serviços de elaboração do Plano Municipal de Defesa da Floresta contra Incêndios de Paços de Ferreira (PMDFCI)**.

Cláusula 2.ª

Contrato

1 — O contrato é composto pelo respectivo clausulado contratual e os seus anexos

2 — O contrato a celebrar integra ainda os seguintes elementos:

- a) Os suprimentos dos erros e das omissões do Caderno de Encargos identificados pelos concorrentes, desde que esses erros e omissões tenham sido expressamente aceites pelo órgão competente para a decisão de contratar;
- b) Os esclarecimentos e as rectificações relativos ao Caderno de Encargos;
- c) O presente Caderno de Encargos;
- d) A proposta adjudicada;
- e) Os esclarecimentos sobre a proposta adjudicada prestados pelo adjudicatário.

3 — Em caso de divergência entre os documentos referidos no número anterior, a respectiva prevalência é determinada pela ordem pela qual aí são indicados.

4 — Em caso de divergência entre os documentos referidos no n.º 2 e o clausulado do contrato e seus anexos, prevalecem os primeiros, salvo quanto aos ajustamentos propostos de acordo com o disposto no artigo 99.º do Código dos Contratos Públicos e aceites pelo adjudicatário nos termos do disposto no artigo 101.º desse mesmo diploma legal.

Cláusula 3.ª

Prazo

O contrato mantém-se em vigor pelo prazo de 6 meses, sem prejuízo das obrigações acessórias que devam perdurar para além da cessação do Contrato.



Capítulo II
Obrigações contratuais
Secção I
Obrigações do prestador de serviços

Subsecção I
Disposições gerais

Cláusula 4.ª

Obrigações principais do prestador de serviços

1 — Sem prejuízo de outras obrigações previstas na legislação aplicável, no Caderno de Encargos ou nas cláusulas contratuais, da celebração do contrato decorrem para o prestador de serviços as seguintes obrigações principais:

- O Plano deve estar elaborado e ser entregue à Câmara Municipal até 31 de Outubro 2017, para que depois, todo o processo seja submetido para aprovação ao ICNF, IP, pelo Município de Paços de Ferreira, durante o mês de Novembro 2017, com vista ao apoio para financiamento dos gabinetes técnicos florestais 2017;
- Depois do processo ser submetido para aprovação ao ICNF, IP, e se existirem inconformidades/irregularidades, deve o prestador de serviço proceder a todas as alterações inerentes ao processo, o nº de vezes que for necessário até se conseguir a sua aprovação pelo ICNF, IP;
- Reuniões mensais com os técnicos municipais da área da defesa da floresta, com elaboração de acta a assinar por todos os intervenientes;
- Podem ainda ser realizadas reuniões adicionais para além das previstas;
- As reuniões previstas devem ser alvo de uma convocação escrita por parte do prestador de serviços, o qual deve elaborar agenda prévia para cada reunião;
- O prestador de serviço fica obrigado a apresentar ao Município, com periodicidade mensal, o relatório com a evolução de todas as operações;
- No final da execução dos trabalhos, o prestador de serviço deve apresentar um relatório final, discriminando assim os acontecimentos e actividades ocorridos durante a execução dos trabalhos;
- O prestador de serviço deve cooperar e proceder a todas as solicitações do Município;
- O prestador de serviço deve guardar sigilo sobre toda a informação e documentação, técnica e não técnica, comercial ou outra, relativa ao Município de Paços de Ferreira, de que possa ter conhecimento ao abrigo ou em relação com a execução do trabalho;



- A informação e documentação cobertas pelo dever de sigilo não podem ser transmitidas a terceiros, nem objecto de qualquer uso ou modo de aproveitamento que não o destinado direta e exclusivamente à execução do trabalho;

Especificações técnicas a serem cumpridas no trabalho/contrato pelo prestador de serviço:

- A elaboração do PMDFCI deve cumprir com a legislação em vigor, assim como, manuais, regulamentos e guias de apoio e demais documentos de acordo com <http://www.icnf.pt/portal/florestas/dfci/enq-leg> ;
- A cartografia de risco a produzir deve cumprir com a legislação e demais documentos de acordo com <http://www.icnf.pt/portal/florestas/dfci/planos/PMDFCI/cart-gui-tec> ;
- Todo o plano deverá ser entregue em formato analógico e digital, sendo os exemplares:
 - Dois em suporte de papel;
- A cartografia de risco do concelho será entregue em formato analógico e digital;
- Toda a cartografia de defesa da floresta deve ser realizada tendo em consideração a informação do <http://www.icnf.pt/portal/florestas/dfci/cartografia-dfci>;

2 — A título acessório, o prestador de serviços fica ainda obrigado, designadamente, a recorrer a todos os meios humanos, materiais e informáticos que sejam necessários e adequados à prestação do serviço, bem como ao estabelecimento do sistema de organização necessário à perfeita e completa execução das tarefas a seu cargo.

Cláusula 5.ª

Fases da prestação do serviço

Os serviços objeto do contrato deverão respeitar o contante do ponto 1 da cláusula 4.ª deste Caderno de Encargos.

Cláusula 6.ª

Forma de prestação do serviço

1 — Para o acompanhamento da execução do contrato, o prestador de serviços fica obrigado a manter, com uma periodicidade mensal, reuniões de coordenação com os representantes da Câmara Municipal.

2 — As reuniões previstas no número anterior devem ser alvo de uma convocação escrita por parte do prestador de serviços, o qual deve elaborar a agenda prévia para cada reunião.

3 — O prestador de serviços fica também obrigado a apresentar à Câmara Municipal, com uma periodicidade mensal, um relatório com a evolução de todas as operações objecto dos serviços e com o cumprimento de todas as obrigações emergentes do contrato.

4 — No final da execução do contrato, o prestador de serviços deve ainda elaborar um relatório final, discriminando os principais acontecimentos e actividades ocorridos em cada fase de execução do contrato.



5 — Todos os relatórios, registos, comunicações, actas e demais documentos elaborados pelo prestador de serviços devem ser integralmente redigidos em português.

Cláusula 7.^a

Prazo de prestação do serviço

1 — O prestador de serviços obriga-se a concluir a execução do serviço, com todos os elementos referidos no presente Caderno de Encargos, no prazo máximo de 6 meses, a contar da data da celebração do contrato.

2 — Os prazos previstos nos números anteriores podem ser prorrogados por iniciativa da Câmara Municipal ou a requerimento do prestador de serviços devidamente fundamentado.

Cláusula 8.^a

Recepção dos elementos a produzir ao abrigo do contrato

1 — No prazo de 5 dias a contar da entrega dos elementos referentes a cada fase de execução do contrato, a Câmara Municipal procede à respectiva análise, com vista a verificar se os mesmos reúnem as características, especificações e requisitos técnicos definidos no presente Caderno de Encargos e na proposta adjudicada, bem como outros requisitos exigidos por lei.

2 — Na análise a que se refere o número anterior, o prestador de serviços deve prestar à Câmara Municipal toda a cooperação e todos os esclarecimentos necessários.

3 — No caso de a análise da Câmara Municipal a que se refere o n.º 1 não comprovar a conformidade dos elementos entregues com as exigências legais, ou no caso de existirem discrepâncias com as características, especificações e requisitos técnicos definidos no presente Caderno de Encargos, a Câmara Municipal deve disso informar, por escrito, o prestador de serviços.

4 — No caso previsto no número anterior, o prestador de serviços deve proceder, à sua custa e no prazo razoável que for determinado pela Câmara Municipal, às alterações e complementos necessários para garantir o cumprimento das exigências legais e das características, especificações e requisitos técnicos exigidos.

5 — Após a realização das alterações e complementos necessários pelo prestador de serviços, no prazo respectivo, a Câmara Municipal procede a nova análise, nos termos do n.º 1.

6 — Caso a análise da Câmara Municipal a que se refere o n.º 1 comprove a conformidade dos elementos entregues pelo prestador de serviços com as exigências legais, e neles não sejam detectadas quaisquer discrepâncias com as características, especificações e requisitos técnicos definidos no presente Caderno de Encargos, deve ser emitida, no prazo máximo de 5 dias a contar do termo dessa análise, declaração de aceitação pela Câmara Municipal.

7 — A emissão da declaração a que se refere o número anterior não implica a aceitação de eventuais discrepâncias com as exigências legais ou com as características, especificações e requisitos técnicos previstos no presente Caderno de Encargos.

Cláusula 9.^a

Transferência da propriedade

1 — Com a declaração de aceitação a que se refere o n.º 6 da cláusula anterior, ocorre a transferência da posse e da propriedade dos elementos a desenvolver ao abrigo do contrato



para a Câmara Municipal, incluindo os direitos autorais sobre todas as criações intelectuais abrangidas pelos serviços a prestar.

2 — Pela cessão dos direitos a que alude o número anterior não é devida qualquer contrapartida para além do preço a pagar nos termos do presente Caderno de Encargos.

Cláusula 10.ª

Conformidade e garantia técnica

O prestador de serviços fica sujeito, com as devidas adaptações e no que se refere aos elementos entregues à Câmara Municipal em execução do contrato, às exigências legais, obrigações do fornecedor e prazos respectivos aplicáveis aos contratos de aquisição de bens móveis, nos termos do Código do Contratos Públicos e demais legislação aplicável.

Subsecção II Dever de sigilo

Cláusula 11.ª

Objecto do dever de sigilo

1 — O prestador de serviços deve guardar sigilo sobre toda a informação e documentação, técnica e não técnica, comercial ou outra, relativa à Câmara Municipal, de que possa ter conhecimento ao abrigo ou em relação com a execução do contrato.

2 — A informação e a documentação cobertas pelo dever de sigilo não podem ser transmitidas a terceiros, nem objecto de qualquer uso ou modo de aproveitamento que não o destinado directa e exclusivamente à execução do contrato.

3 — Exclui-se do dever de sigilo previsto a informação e a documentação que fossem comprovadamente do domínio público à data da respectiva obtenção pelo prestador de serviços ou que este seja legalmente obrigado a revelar, por força da lei, de processo judicial ou a pedido de autoridades reguladoras ou outras entidades administrativas competentes.

Cláusula 12.ª

Prazo do dever de sigilo

O dever de sigilo mantém-se em vigor até ao termo do prazo de 5 anos a contar do cumprimento ou cessação, por qualquer causa, do contrato, sem prejuízo da sujeição subsequente a quaisquer deveres legais relativos, designadamente, à proteção de segredos comerciais ou da credibilidade, do prestígio ou da confiança devidos às pessoas colectivas.

Secção II Obrigações da Câmara Municipal Cláusula 13.ª

Preço contratual

1 — Pela prestação dos serviços objecto do contrato, bem como pelo cumprimento das demais obrigações constantes do presente Caderno de Encargos, a Câmara Municipal deve pagar ao prestador de serviços o preço constante da proposta adjudicada, acrescido de IVA à taxa legal em vigor, se este for legalmente devido.



2 — O preço referido no número anterior inclui todos os custos, encargos e despesas cuja responsabilidade não esteja expressamente atribuída ao contraente público, [incluindo as despesas de alojamento, alimentação e deslocação de meios humanos, despesas de aquisição, transporte, armazenamento e manutenção de meios materiais bem como quaisquer encargos decorrentes da utilização de marcas registadas, patentes ou licenças.

Cláusula 14.ª

Condições de pagamento

1 — A(s) quantia(s) devidas pela Câmara Municipal nos termos da cláusula anterior, deve(m) ser paga(s) no prazo de 30 dias após a recepção pela Câmara Municipal das respectivas facturas, as quais só podem ser emitidas após o vencimento da obrigação respectiva.

2 — Para os efeitos do número anterior, a obrigação considera-se vencida com a emissão da declaração de aceitação pela Câmara Municipal, nos termos da Cláusula 8.ª.

3 — Em caso de discordância por parte da Câmara Municipal quanto aos valores indicados nas facturas, deve este comunicar ao prestador de serviços, por escrito, os respectivos fundamentos, ficando o prestador de serviços obrigado a prestar os esclarecimentos necessários ou proceder à emissão de nova factura corrigida.

4 — Desde que devidamente emitidas e observado o disposto no n.º 1, as facturas são pagas através de cheque.

Capítulo III

Penalidades contratuais e resolução

Cláusula 15.ª

Penalidades contratuais

1 — Pelo incumprimento de obrigações emergentes do contrato, a Câmara Municipal pode exigir do prestador de serviços o pagamento de uma pena pecuniária, de montante a fixar em função da gravidade do incumprimento, nos seguintes termos:

a) Pelo incumprimento das datas e prazos de entrega dos elementos referentes [a cada fase] do contrato, até 20% do valor contractual;

2 — Em caso de resolução do contrato por incumprimento do prestador de serviços, a Câmara Municipal pode exigir-lhe uma pena pecuniária de até 30 % do valor contractual.

3 — Ao valor da pena pecuniária prevista no número anterior são deduzidas as importâncias pagas pelo prestador de serviços ao abrigo da alínea a) do n.º 1, relativamente aos serviços cujo atraso na respectiva conclusão tenha determinado a resolução do contrato.

4 — Na determinação da gravidade do incumprimento, a Câmara Municipal tem em conta, nomeadamente, a duração da infracção, a sua eventual reiteração, o grau de culpa do prestador de serviços e as consequências do incumprimento.

5 — A Câmara Municipal pode compensar os pagamentos devidos ao abrigo do contrato com as penas pecuniárias devidas nos termos da presente cláusula.

6 — As penas pecuniárias previstas na presente cláusula não obstam a que a Câmara Municipal exija uma indemnização pelo dano excedente.

Cláusula 16.ª

Força maior



1 — Não podem ser impostas penalidades ao prestador de serviços, nem é havida como incumprimento, a não realização pontual das prestações contratuais a cargo de qualquer das partes que resulte de caso de força maior, entendendo-se como tal as circunstâncias que impossibilitem a respectiva realização, alheias à vontade da parte afectada, que ela não pudesse conhecer ou prever à data da celebração do contrato e cujos efeitos não lhe fosse razoavelmente exigível contornar ou evitar.

2 — Podem constituir força maior, se se verificarem os requisitos do número anterior, designadamente, tremores de terra, inundações, incêndios, epidemias, sabotagens, greves, embargos ou bloqueios internacionais, actos de guerra ou terrorismo, motins e determinações governamentais ou administrativas injuntivas.

3 — Não constituem força maior, designadamente:

a) Circunstâncias que não constituam força maior para os subcontratados do prestador de serviços, na parte em que intervenham;

b) Greves ou conflitos laborais limitados às sociedades do prestador de serviços ou a grupos de sociedades em que este se integre, bem como a sociedades ou grupos de sociedades dos seus subcontratados;

c) Determinações governamentais, administrativas, ou judiciais de natureza sancionatória ou de outra forma resultantes do incumprimento pelo prestador de serviços de deveres ou ónus que sobre ele recaiam;

d) Manifestações populares devidas ao incumprimento pelo prestador de serviços de normas legais;

e) Incêndios ou inundações com origem nas instalações do prestador de serviços cuja causa, propagação ou proporções se devam a culpa ou negligência sua ou ao incumprimento de normas de segurança;

f) Avarias nos sistemas informáticos ou mecânicos do prestador de serviços não devidas a sabotagem;

g) Eventos que estejam ou devam estar cobertos por seguros.

4 — A ocorrência de circunstâncias que possam consubstanciar casos de força maior deve ser imediatamente comunicada à outra parte.

5 — A força maior determina a prorrogação dos prazos de cumprimento das obrigações contratuais afectadas pelo período de tempo comprovadamente correspondente ao impedimento resultante da força maior.

Cláusula 17.ª

Resolução por parte do contraente público

1-Sem prejuízo de outros fundamentos de resolução previstos na lei, a Câmara Municipal pode resolver o contrato, a título sancionatório, no caso de o prestador de serviços violar de forma grave ou reiterada qualquer das obrigações que lhe incumbem, designadamente nos seguintes casos:

a) Pelo atraso na conclusão dos serviços ou na entrega dos elementos referentes [a cada fase] do contrato superior a três meses ou declaração escrita do prestador de serviços de que o atraso respectivo excederá esse prazo;

b) Pela falta de prestação de esclarecimentos, por parte do prestador de serviços, na execução dos serviços contratados.

2 — O direito de resolução referido no número anterior exerce-se mediante declaração enviada ao prestador de serviços [e não determina a repetição das prestações já realizadas, a menos que tal seja determinado pelo contraente público].



Cláusula 18.ª

Resolução por parte do prestador de serviços

1 — Sem prejuízo de outros fundamentos de resolução previstos na lei, o prestador de serviços pode resolver o contrato quando:

a) O montante em dívida exceda 25% do preço contratual, excluindo juros.

2 — O direito de resolução é exercido por via judicial.

3 — Nos casos previstos na alínea a) do n.º 1, o direito de resolução pode ser exercido mediante declaração enviada à Câmara Municipal, que produz efeitos 30 dias após a recepção dessa declaração, salvo se este último cumprir as obrigações em atraso nesse prazo, acrescidas dos juros de mora a que houver lugar.

4 — A resolução do contrato nos termos dos números anteriores não determina a repetição das prestações já realizadas pelo prestador de serviços, cessando, porém, todas as obrigações deste ao abrigo do contrato [com excepção daquelas a que se refere o artigo 444.º do Código dos Contratos Públicos].

Capítulo IV

Projectos de investigação e desenvolvimento

Cláusula 19.ª

Obrigação de elaborar projectos de investigação e desenvolvimento

(Não aplicável)

Cláusula 20.ª

Acessoriedade do contrato de projecto de investigação e desenvolvimento

(Não aplicável)

Capítulo V

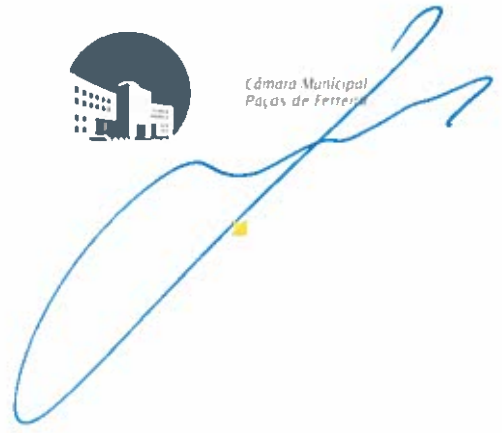
Caução e seguros

(Não aplicável)

Cláusula 21.ª

Execução da caução

(Não aplicável)



Cláusula 22.^a

Seguros.

(Não aplicável)

Capítulo VI

Resolução de litígios

Cláusula 23.^a

Foro competente

Para resolução de todos os litígios decorrentes do contrato fica estipulada a competência do tribunal administrativo de círculo de Paços de Ferreira, com expressa renúncia a qualquer outro.

Capítulo VII

Disposições finais

Cláusula 24.^a

Subcontratação e cessão da posição contratual

A subcontratação pelo prestador de serviços e a cessão da posição contratual por qualquer das partes depende da autorização da outra, nos termos do Código dos Contratos Públicos. [OU, em alternativa, indicar as entidades para as quais a cessão da posição contratual de alguma das partes ou a respectiva subcontratação seja autorizada no Contrato, nos termos do n.º 1 do artigo 318.º do CCP].

Cláusula 25.^a

Comunicações e notificações

1 — Sem prejuízo de poderem ser acordadas outras regras quanto às notificações e comunicações entre as partes do contrato, estas devem ser dirigidas, nos termos do Código dos Contratos Públicos, para o domicílio ou sede contratual de cada uma, identificados no contrato.

2 — Qualquer alteração das informações de contacto constantes do contrato deve ser comunicada à outra parte.

Cláusula 26.^a

Contagem dos prazos

Os prazos previstos no contrato são contínuos, correndo em sábados, domingos e dias feriados.



Cláusula 27.ª

Legislação aplicável

O contrato é regulado pela legislação portuguesa.

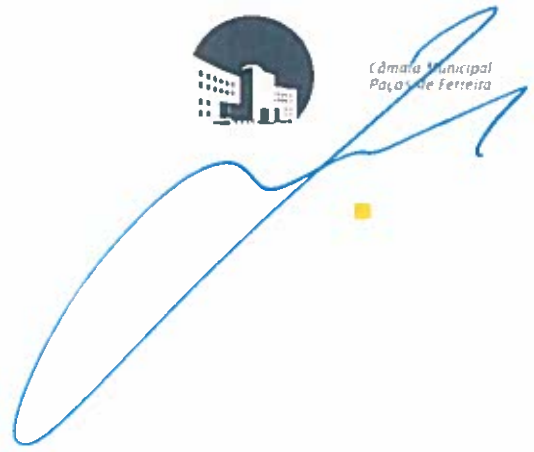
Paços de Ferreira, 10 de Maio de 2017

O Presidente da Câmara Municipal

(Humberto Fernando Leão Pacheco de Brito)



Câmara Municipal
Paços de Ferreira



CADERNO DE ENCARGOS ESPECÍFICO

PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE:

AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS DE ELABORAÇÃO DO PLANO MUNICIPAL DE DEFESA DA FLORESTA CONTRA INCÊNDIOS DE PAÇOS DE FERREIRA (PMDFCI)



CADERNO DE ENCARGOS ESPECÍFICO
AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS DE ELABORAÇÃO DO PLANO MUNICIPAL DE
DEFESA DA FLORESTA CONTRA INCÊNDIOS DE PAÇOS DE FERREIRA
(PMDFCI)

Cláusulas específicas

Cláusula 1.ª
Localização

O presente Caderno de Encargos compreende as cláusulas a incluir no contrato a celebrar na sequência do procedimento pré-contratual que tem por objecto principal a **aquisição de serviços de elaboração do Plano Municipal de Defesa da Floresta contra Incêndios de Paços de Ferreira (PMDFCI)**.

Cláusula 2.ª

Documentos de Habilitação

Documentos de habilitação a prestar pelo adjudicatário para formação de contrato:

- a) Declaração emitida conforme modelo constante do anexo II que se encontra em anexo;
- b) Documentos comprovativos de que não se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e i) do art. 55.º do CCP.
- c) Declaração sob compromisso de honra, prestada perante notário, autoridade judiciária ou administrativa ou qualquer outra competente, de que pode executar a prestação objecto do contrato a celebrar no Estado de que é nacional de acordo com as regras nele aplicáveis.

Cláusula 3.ª

Dispensa da prestação da caução

De acordo com o disposto no n.º 2 do artigo 88.º do Código dos Contratos Públicos, quando o preço contratual for inferior a € 200 000, não é obrigatória a prestação de caução, nem à retenção de 10% do valor dos pagamentos a efectuar.

Cláusula 4.ª

Preço base

O preço máximo que a Câmara Municipal se dispõe a pagar pela execução de todas as prestações de serviço relativas ao actual procedimento é de 18.800,00€ (dezoito mil e oitocentos euros), a acrescer de IVA á taxa legal em vigor.

Paços de Ferreira, 10 de Maio de 2017

O Presidente da Câmara Municipal

(Humberto Fernando Leão Pacheco de Brito)



ANEXO II

Modelo de declaração

[a que se refere a alínea *a*) do n.º 1 do artigo 81.º]

1 — ... (nome, número de documento de identificação e morada), na qualidade de representante legal de (1) ... (firma, número de identificação fiscal e sede ou, no caso de agrupamento concorrente, firmas, números de identificação fiscal e sedes), adjudicatário(a) no procedimento de ... (designação ou referência ao procedimento em causa), declara, sob compromisso de honra, que a sua representada (2):

a) Não se encontra em estado de insolvência, em fase de liquidação, dissolução ou cessação de actividade, sujeita a qualquer meio preventivo de liquidação de patrimónios ou em qualquer situação análoga, nem tem o respectivo processo pendente;

b) Não foi objecto de aplicação de sanção administrativa por falta grave em matéria profissional (3) [ou os titulares dos seus órgãos sociais de administração, direcção ou gerência não foram objecto de aplicação de sanção administrativa por falta grave em matéria profissional (4)] (5);

c) Tenham sido objecto de aplicação da sanção acessória prevista na alínea *e*) do n.º 1 do artigo 21.º do Decreto-Lei n.º 433/82, de 27 de Outubro, na alínea *b*) do n.º 1 do artigo 71.º da Lei n.º 19/2012, de 8 de maio e no n.º 1 do artigo 460.º do Código dos Contratos Públicos, durante o período de inabilidade fixado na decisão condenatória. (6);

d) Não foi objecto de aplicação da sanção acessória prevista na alínea *b*) do n.º 1 do artigo 627.º do Código do Trabalho (7);

e) Não foi objecto de aplicação, há menos de dois anos, de sanção administrativa ou judicial pela utilização ao seu serviço de mão -de -obra legalmente sujeita ao pagamento de impostos e contribuições para a segurança social, não declarada nos termos das normas que imponham essa obrigação, em Portugal (ou no Estado de que é nacional ou no qual se situe o seu estabelecimento principal) (8);

f) Não prestou, a qualquer título, directa ou indirectamente, assessoria ou apoio técnico na preparação e elaboração das peças do procedimento que lhe confira vantagem que falseie as condições normais de concorrência.

2 — O declarante junta em anexo [ou indica ...como endereço do sítio da Internet onde podem ser consultados (9)] os documentos comprovativos de que a sua representada

(10) não se encontra nas situações previstas nas alíneas *b*), *d*), *e*) e *i*) do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos.

3 — O declarante tem pleno conhecimento de que a prestação de falsas declarações implica a caducidade da adjudicação e constitui contra -ordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adoptado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

... (local), ... (data), ... [assinatura (11)].

(1) Aplicável apenas a concorrentes que sejam pessoas colectivas.

(2) No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada».

(3) Indicar se, entretanto, ocorreu a respectiva reabilitação.

(4) Indicar se, entretanto, ocorreu a respectiva reabilitação.

(5) Declarar consoante o concorrente seja pessoa singular ou pessoa colectiva.

(6) Indicar se, entretanto, decorreu o período de inabilidade fixado na decisão condenatória.

(7) Indicar se, entretanto, decorreu o período de inabilidade fixado na decisão condenatória.

(8) Declarar consoante a situação.

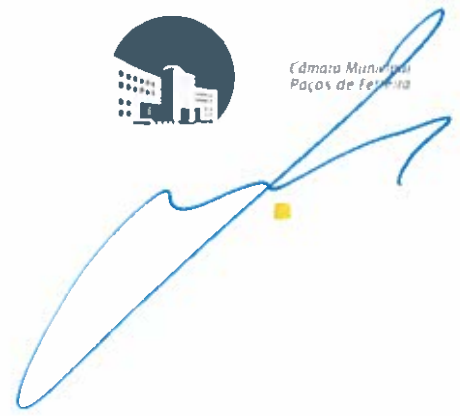
(9) Acrescentar as informações necessárias à consulta, se for o caso.

(10) No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada».

(11) Nos termos do disposto nos n.os 4 e 5 do artigo 57.º



Câmara Municipal
Paços de Ferreira



CADERNO DE ENCARGOS TÉCNICO

PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE:

AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS DE ELABORAÇÃO DO PLANO MUNICIPAL DE DEFESA DA FLORESTA CONTRA INCÊNDIOS DE PAÇOS DE FERREIRA (PMDFCI)



CADERNO DE ENCARGOS TÉCNICO AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS DE ELABORAÇÃO DO PLANO MUNICIPAL DE DEFESA DA FLORESTA CONTRA INCÊNDIOS DE PAÇOS DE FERREIRA (PMDFCI)

Cláusulas técnicas

1. Objectivo e âmbito

O objecto do presente procedimento é a aquisição de serviços de elaboração do Plano Municipal de Defesa da Floresta contra Incêndios de Paços de Ferreira (PMDFCI).

2. Descrição

A prestação de serviços deverá contemplar o seguinte:

- O Plano deve estar elaborado e ser entregue à Câmara Municipal até 31 de Outubro 2017, para que depois, todo o processo seja submetido para aprovação ao ICNF, IP, pelo Município de Paços de Ferreira, durante o mês de Novembro 2017, com vista ao apoio para financiamento dos gabinetes técnicos florestais 2017;
- Depois do processo ser submetido para aprovação ao ICNF, IP, e se existirem inconformidades/irregularidades, deve o prestador de serviço proceder a todas as alterações inerentes ao processo, o nº de vezes que for necessário até se conseguir a sua aprovação pelo ICNF, IP;
- Reuniões mensais com os técnicos municipais da área da defesa da floresta, com elaboração de acta a assinar por todos os intervenientes;
- Podem ainda ser realizadas reuniões adicionais para além das previstas;
- As reuniões previstas devem ser alvo de uma convocação escrita por parte do prestador de serviços, o qual deve elaborar agenda prévia para cada reunião;
- O prestador de serviço fica obrigado a apresentar ao Município, com periodicidade mensal, o relatório com a evolução de todas as operações;
- No final da execução dos trabalhos, o prestador de serviço deve apresentar um relatório final, discriminando assim os acontecimentos e actividades ocorridos durante a execução dos trabalhos;



- O prestador de serviço deve guardar sigilo sobre toda a informação e documentação, técnica e não técnica, comercial ou outra, relativa ao Município de Paços de Ferreira, de que possa ter conhecimento ao abrigo ou em relação com a execução do trabalho;
- A informação e documentação cobertas pelo dever de sigilo não podem ser transmitidas a terceiros, nem objecto de qualquer uso ou modo de aproveitamento que não o destinado direta e exclusivamente à execução do trabalho;

Especificações técnicas a serem cumpridas no trabalho/contrato pelo prestador de serviço:

- A elaboração do PMDFCI deve cumprir com a legislação em vigor, assim como, manuais, regulamentos e guias de apoio e demais documentos de acordo com <http://www.icnf.pt/portal/florestas/dfci/enq-leg> ;
- A cartografia de risco a produzir deve cumprir com a legislação e demais documentos de acordo com <http://www.icnf.pt/portal/florestas/dfci/planos/PMDFCI/cart-qui-tec> ;
- Todo o plano deverá ser entregue em formato analógico e digital, sendo os exemplares:
 - Dois em suporte de papel;
- A cartografia de risco do concelho será entregue em formato analógico e digital;
- Toda a cartografia de defesa da floresta deve ser realizada tendo em consideração a informação do <http://www.icnf.pt/portal/florestas/dfci/cartografia-dfci>;

Os elementos digitais a entregar ao município de Paços de Ferreira serão nos seguintes formatos:

- Microsoft Word (.doc) e Adobe Acrobat (.pdf);
- Tabelas e dados na respetiva base de dados: Microsoft Excel (.xls);
- Imagens: (.jpeg), (.gif);
- Cartografia georreferenciada e base cartográfica: ArcGis (.mxd), Autocad (.dwg) e geodatabases (.mdb) e shapefiles (.shp);
- A informação digital (e cartografia) deverá ser entregue em suporte CD/DVD.

Paços de Ferreira, 10 de Maio de 2017

O Presidente da Câmara Municipal

(Humberto Fernando Leão Pacheco de Brito)